

# Natal, pacto de Deus



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da Academia  
Brasileira de Letras

**J**á está chegando o Natal. Ouvimos as badaladas dos sinos do Advento. A memória da chegada do Menino Jesus, que fez a opção pelos pobres entre os mais pobres. É o momento de receber, entre sorrisos e esperanças, o Deus que veio para dizer que não estamos sós neste universo de fogo e de silêncios — e que fez um pacto com os homens na Terra.

Eu, ao longo da vida, sempre tive a certeza de que Deus estava vigiando as minhas ações, omissões e pecados. O Deus da minha infância, que me guardava nas noites escusas de fantasmas e mistérios. O Deus da minha juventude, que me protegeu das dúvidas, nos caminhos da fé. O Deus da minha maturidade, consolidado, amigo e pai. O Deus da minha velhice, que me receberá um dia, na morte, e perguntará:

— José, onde estão tuas mãos que eu enchi de estrelas? Tua cabeça onde pus meus votos de proteção?

E eu responderei:

— Estão aqui, nesta vida, como todas as vidas, de flores vivas em dias de alegria e de flores murchas em dias de ausência e silêncio.

Maurenilton Freire/CB/DA Press



O Natal é a festa da família. É a maior festa da humanidade. Celebramos a memória do pacto de Deus com os homens. Ele mandou seu filho ao mundo para comungar conosco da Graça da vida. Deu-nos um código de comportamento: "todos somos iguais, filhos do mesmo pai"; "amai-vos uns aos outros" e "que tenham paz", a paz interior, esta da reconciliação do homem com o próprio homem.

Mas mudou o Natal ou mudei eu? A pergunta de Machado de Assis é quase lugar-comum, tantas vezes citada, mas é pertinente. Mudou o Natal. O mundo mudou.

Mas o meu Natal, indestrutível, é o Natal da minha infância. Meu avô, minha avó, meu pai, minha mãe, meus irmãos, como se fossem figuras do próprio presépio. Éramos felizes. O tempo não tinha o cheiro azedo de um mundo transformado. Era o cheiro do alegria e cravo.

Recordo-me de minha avó a preparar o presépio. A semeiar arroz com antecedência na terra preparada em volta da manjedoura. Quando nascia, era o verde. Os burrinhos e bichos eram de buriti. A estrela, de papel. Tudo muito simples e pobre. A cidade tinha no máximo dois mil habitantes.

Meu avô abria a Bíblia, 15 minutos antes da meia-noite. Lia um Evangelho sobre o nascimento de Jesus, um Salmo, um Padre nosso, e depois seguia-mos, o sino tocando à meia-noite, para a igreja. A Missa do Galo.

Meu avô passou o costume de reunir a família e ler a Bíblia a meu pai e, quando este morreu, a mim coube continuar a tradição. No Palácio do Planalto, presidente, lia o Evangelho nos Natais e dizia a todos

que era uma tradição de família.

Depois vim a saber de outros natais. A saber a origem do Natal. Que a data de 25 de dezembro foi fixada pelo papa Júlio I (São Júlio I). Em outras igrejas celebra-se em janeiro ou abril. Que no século seis, os padres foram autorizados a rezar, nesse dia, três missas. Ficavam em jejum o dia inteiro.

O Papai Noel de hoje, o esbelto Bispo Nicolau, santificado, foi criado pelo cartunista americano Thomas Nost, o Santa Claus, e com sua barba e barriga invadiu a mídia e entrou no coração das crianças. Lembro-me de um tambor de lata que Papai Noel me trouxe aos cinco anos. Era feito pelo funileiro de Pinheiros! Nada mais belo e nada me fez tão alegre. A ideia de presentes refletindo a doação e a generosidade não pode perder o sentido cristão desta festa da família, representando a união do homem com Deus.

Mas leio os jornais todos os dias. É difícil misturar Natal, violência, guerras. É triste constatar que o homem ainda não mudou e que muitos natais devem vir até que o homem faça aquela revolução interior da corregão, exorcizando a violência e logrando aquilo que o padre Vieira pregava no "Sermão do Mandato": "Colocar em Cristo o coração dos homens, e nos homens o coração de Cristo".

Mas no Brasil tem céu azul. E nada ofuscará a nossa fé nesse momento em que recebemos O Filho de Deus, que veio ao mundo para ensinar que o homem deve mudar segundo um processo interior de leis morais e de condutas baseadas nas virtudes, e não no medo.

Paz, paz na Terra e dentro de nós mesmos.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //

circeturh@fgefährd.com.br



## Ciência versus ideologias

Ao longo da história, ciência e religião travaram um duelo secular pela autoridade sobre a verdade, em disputas que se tornaram célebres e que, depois de séculos, parecem hoje relativamente pacificadas. Contudo, neste turbulento século XXI, quando se supunha que os avanços científicos teriam finalmente conquistado terreno seguro, emergiu um adversário ainda mais agressivo e capilarizado, disposto a impor sua narrativa mesmo ao custo de distorcer fatos e calar evidências. Esse antagonista atende pelo nome de ideologia política, hoje particularmente fortalecido por ventos que sopram das agendas identitárias, do wokismo e de uma visão globalista de viés marcadamente esquerdistas, que se espalha por diversas instituições e tenta ditar não apenas costumes e comportamentos, mas também aquilo que deve ser oficialmente reconhecido como verdade científica.

País que há séculos ocupa o centro dos debates intelectuais ocidentais, a França foi berço da Revolução que derrubou o absolutismo e inaugurou uma nova estrutura estatal assentada sobre a razão e a liberdade, tornou-se recentemente uma vitrine inquietante desse conflito renovado. Ali, onde se esperava encontrar a defesa intransigente do racionalismo iluminista, instaurou-se um clima de enfrentamento no qual a ciência, antes tratada como referência soberana, passou a ser coroada por disputas ideológicas que pressionam instituições públicas e governos a se curvarem a lobbies bem articulados, dispostos a silenciar estudos sérios e a reescrever resultados sempre que estes contrariam interesses corporativos.

Foi exatamente esse o cenário que cercou o episódio envolvendo um estudo conduzido por órgãos oficiais como o Ministério da Saúde francês e o Instituto Isern, cujo objetivo era definir diretrizes, protocolos e políticas públicas para o tratamento de transtornos mentais, com a responsabilidade de apresentar ao público quais terapias apresentam evidências de eficácia e quais permanecem sustentadas sobretudo por tradição ou por discursos teóricos não comprovados. A conclusão, como reconhecem especialistas há décadas, apresentou dados claros: as terapias comportamentais, fundamentadas na observação empírica, na mensuração objetiva e em resultados verificáveis, mostraram-se consistentemente superiores para diversos diagnósticos, enquanto a psicanálise, embora ainda detentora de prestígio simbólico e uma longa tradição cultural, não revelou eficácia comprovada nos parâmetros contemporâneos de saúde pública. Entretanto, em vez de acolher o estudo como parte do debate científico, a comunidade psicanalítica francesa reagiu com indignação, lançando mão de estratégias políticas destinadas a impedir que a avaliação fosse divulgada ao público.

O lobby foi intenso e carregado de acusações tão extravagantes quanto falaciosas, incluindo a disseminação de fake news que rotulavam psicólogos comportamentais como torturadores ou que descreviam a terapia comportamental como uma espécie de adestramento desumanizante. A campanha, conduzida em tom de escândalo moral, acabou por surtir efeito: o governo, pressionado e temeroso da reação de grupos organizados, decidiu intervir e censurar a divulgação do estudo, privando a população do acesso a informações essenciais sobre tratamentos que afetam a vida de milhões de pessoas.

Aquele país, que historicamente se orgulhou de sua defesa da liberdade intelectual, viu-se, nesse episódio, refém de um ambiente em que dogmas ideológicos se sobrepõem ao rigor científico e em que a pressão política transforma fatos em tabu. O que ocorreu na França não é, contudo, um fenômeno isolado, uma vez que a infiltração ideológica no campo científico tornou-se uma tendência global e que também se expressa de modo contundente no Brasil. Aqui, onde a formação acadêmica em psicologia histórica e culturalmente foi fortemente influenciada pela psicanálise, observa-se a mesma resistência sistemática à incorporação de práticas baseadas em evidências, a resistência está intensificada por disputas políticas, burocráticas e por uma tendência de certos setores a submeterem critérios científicos a agendas ideológicas.

Talvez o debate mais emblemático dessa distorção seja em torno do tratamento do autismo, um vez que terapias comportamentais, como o método ABA, amplamente reconhecidas internacionalmente como eficazes e respaldadas por centenas de estudos revisados por pares, enfrentam, no país, obstáculos artificiais decorrentes de preconceitos acadêmicos, disputas corporativas e, cada vez mais, de posicionamentos políticos que tratam qualquer crítica ou questionamento à psicanálise como uma ofensa ideológica e não como parte do processo natural da ciência.

### A frase que foi pronunciada:

"Não é a mesma coisa: café sem creme ou café sem leite. O que você não recebe faz parte da identidade do que você recebe."

Slavoj Žek

### História de Brasília

Mas os meios utilizados para isto não são os mais recomendáveis, ainda mais quando se observa que o principal objetivo para conseguir a sua meta, está sendo a desunião da classe. Isto o incompatibiliza com qualquer função de chefia. (Publicada em 12.05.1962)

**E**m artigo publicado, em 30/11/2025, no Estadão ("O problema fiscal não para de crescer"), José Roberto Mendonça de Barros se indignou, com razão, com a espantosa facilidade com que o Senado Federal aprovou um aumento de 25% para o orçamento do Poder Judiciário e o montante de R\$ 10 bilhões para as aposentadorias especiais dos agentes comunitários da saúde. Além disso, o Poder Executivo se prepara para avalizar um empréstimo de R\$ 20 bilhões para os Correios. Ou seja, numa só semana, os Três Poderes aumentaram o endividamento público, sem nenhum constrangimento.

Isso se repete a cada semana. Motivados pelo populismo e de olho na sua reeleição, os políticos não resistem a tentação de aprovar benesses que atendem os seus eleitores, mas, desequilibram as contas públicas.

O populismo é uma doença presente em muitos países. A sua regularidade é impressionante. Durante as campanhas eleitorais, os candidatos prometem o que não podem entregar. Uma vez eleitos, verificam não haver recursos para honrar o que prometeram. Incontinenti, partem para programas assistenciais — muitos deles meritórios — que arrombam as contas públicas e inibem investimentos para tocar um crescimento econômico sustentável.

Tome o caso atual. Em 2019, o governo brasileiro

investiu cerca de R\$ 90 bilhões para os principais programas assistenciais (Bolsa Família, BPC, Auxílio Gás, Minha Casa Minha Vida, Brasil Quilombo-la e outros). Neste ano, esses recursos saltaram para mais de R\$ 285 bilhões. Milhões de eleitores e seus familiares vivem deles, total ou parcialmente. Em 13 estados, há mais beneficiários desses programas do que assalariados.

Com isso, entra governo, sai governo, e a dívida pública só aumenta, propulsada por essas ajudas e pela pornográfica taxa de juros que reflete, em grande parte, o agravamento da própria situação fiscal.

A preocupação central dos governantes, com raras exceções, é a de agradar os eleitores e garantir a sua própria reeleição. Por isso, vejo com muita esperança a possibilidade de acabarmos com a regra da reeleição para os cargos executivos.

Já escrevi sobre isso neste mesmo espaço ("É preciso acabar com a reeleição", *Correio Braziliense*, 28/04/2025). Volto ao tema porque na semana passada a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou a Emenda 12/2022 que põe fim a essa perniciosa regra para os ocupantes de cargos do Poder Executivo — presidente da República, governadores e prefeitos. A proposta preserva os direitos dos dirigentes atuais, mas acaba com a reeleição a partir de 2031.

Vejo essa medida como das mais urgentes para, pelo menos, diminuir drasticamente a captura dos recursos públicos pela esperteza de políticos que não se importam com os prejuízos que causam ao país a aprovar gastos com base no seu oportunismo eleitoral.

Não me iludo com o poder dessa mudança. O fim da farra fiscal não virá como um passe de mágica. Mas o fim da reeleição reduzirá drasticamente o ímpeto de arrombar os cofres públicos para garantir novos mandatos.

A regra da reeleição foi introduzida pela Emenda

Constitucional 16, de 1997. São quase 30 anos que foram marcados por distorções e irresponsabilidades no uso dos recursos públicos praticadas por governantes que, recém-eleitos, começam imediatamente a agir em favor da sua reeleição. Parece ser essa a única fórmula que conhecem para cuidar da sua popularidade.

Michel Temer costuma lembrar que, ao assumir a presidência foi, repetidas vezes, lembrado pelos que diziam: "Presidente, aproveite a sua impopularidade e faça as reformas que podem colocar o Brasil no rumo do crescimento sustentável". Foi assim que promoveu o teto de gastos, a reforma trabalhista, a disciplina para a administração das empresas estatais e a reforma do ensino médio. Tudo por que era impopular e não pretendia se candidatar a presidente.

Itamar Franco, igualmente, fez um governo austero ao promover importantes medidas de controle da inflação e das contas públicas, a começar pela aprovação do Plano Real.

Ou seja, nenhum dos dois foi eleito presidente. Eram vice-presidentes. E não pretendiam se reeleger no cargo que ocuparam.

Além da redução de políticas onerosas e populistas, o fim da reeleição introduzirá regras mais democráticas para as disputas eleitorais pois, como se sabe, o governante incumbente sempre leva vantagem sobre os seus opositores pelo fato de usar a máquina pública. Com frequência, os candidatos à reeleição são marcados pela imagem da intimidação — quando os eleitores temem perder as proteções no caso de derrota do governante.

Por isso tudo, estou vendo com bons olhos — e muito esperançoso — para que o Congresso Nacional aprobe o fim da reeleição até o final de 2025. É impossível? Não. As duas casas deram mostras que, quando querem, podem aprovar uma Emenda Constitucional em poucos dias.